

Clíticos de 2ª pessoa na escrita popular: a posição do português brasileiro

Clitics 2nd person in the popular writing: the position of Brazilian Portuguese

Thiago Laurentino de Oliveira*

RESUMO: Este artigo analisa a posição dos clíticos de 2ª pessoa do singular na escrita popular do início do século XX. Busca-se identificar quais são os fatores linguísticos que influenciam a realização da próclise/ênclise. Por hipótese, acredita-se que fatores discursivos atuam na realização da ênclise, pois esta não é a posição “natural” para o clítico no Português Brasileiro. Como aporte teórico-metodológico, adotam-se os pressupostos da Sociolinguística Histórica e das Tradições Discursivas. Como *corpus* de análise, utiliza-se um conjunto de cartas amorosas escritas por um casal de noivos na década de 1930.

PALAVRAS-CHAVE: Colocação pronominal. 2ª pessoa do singular. Cartas pessoais.

ABSTRACT: This paper analyzes the position of clitics 2nd person singular in the popular writing of the early 20th century. The aim is to identify which linguistic factors lead to anteposition or postposition of the clitic in relation to the verb. It is hypothesized that discursive motivations operate in favor to pronoun postposition, since this is not the “natural” position for the clitic in Brazilian Portuguese. It is adopted the assumptions of Historical Sociolinguistics and Discourse Traditions as theoretical and methodological support. A set of love letters written by an engaged couple in the 1930s is used as a corpus for analysis.

KEYWORDS: Clitic’s position. 2nd person singular. Private letters.

1. Apresentação

A colocação dos clíticos, tradicionalmente conhecidos como pronomes oblíquos átonos, constitui há tempos, no português do Brasil (PB), um tema de grande interesse para as investigações linguísticas. Tal interesse se justifica na medida em que o tema corresponde a um dos pontos de maior distanciamento nas regras de uso entre as variedades lusitana e brasileira. Além disso, a posição dos clíticos é também um dos tópicos em que se observa a forte dicotomia criada entre fala e escrita na variedade brasileira, uma vez que, em vários contextos, a prescrição de uso na escrita opõe-se à norma de uso observada na fala.

O presente artigo trata, especificamente, da posição dos clíticos de referência à segunda pessoa do singular (2SG). Estes são a principal estratégia de representação da segunda pessoa,

* Mestre e doutorando em Letras Vernáculas da Faculdade de Letras (UFRJ). Bolsista do CNPq – Processo: 140721/2014-2

registrando altos índices de frequência de uso (cf. BRITO, 2001; OLIVEIRA, 2014; SOUZA, 2014). Como objetivo principal, pretende-se descrever a posição dos clíticos em cartas pessoais trocadas entre um casal de noivos¹ durante a década de 1930 na cidade do Rio de Janeiro. Serão investigados os fatores linguísticos que influenciam a realização da próclise/ênclise. Por hipótese, acredita-se que fatores de ordem discursiva são decisivos na realização da ênclise, já que esta não é a posição “natural” para o clítico no PB. Dessa maneira, o grau de contato dos informantes com os modelos de escrita torna-se relevante, visto que as normas de colocação pronominal da escrita pouco refletem as normas de uso da fala. As cartas pessoais representam, então, um material de análise adequado para verificar a preferência/tendência de uso da ênclise na escrita informal do PB das primeiras décadas do século XX. Como aporte teórico-metodológico, adotam-se os pressupostos da Sociolinguística Histórica e das Tradições Discursivas.

O trabalho está organizado da seguinte forma: após a apresentação, revisa-se, em (2), o tema da colocação pronominal em gramáticos da virada do século XIX para o XX e em estudos linguísticos descritivos; em (3), comentam-se os estudos sobre o uso dos clíticos de 2ª pessoa do singular no PB; os pressupostos teórico-metodológicos do trabalho são expostos em (4); apresenta-se, em (5), a análise dos dados; em (6), retomam-se, na conclusão, os principais pontos da discussão; as referências bibliográficas encerram o trabalho.

2. Um caso normativo “mal resolvido”

Dentre vários aspectos que distanciam a variedade do português brasileiro da variedade do português europeu, a colocação pronominal é um dos pontos mais polêmicos e controversos. A “polêmica” iniciou-se nas últimas décadas do século XIX, quando os gramáticos brasileiros elaboraram manuais prescritivos segundo a norma lusitana, desconsiderando a norma de uso brasileira. Segundo Pagotto & Duarte (2005),

Sabe-se que o século XIX foi o período de consolidação do português brasileiro, mas também se sabe que foi o período em que se forja a norma com a qual os gramáticos vão operar ao longo do século XX. O século XIX se apresenta como um turbilhão linguístico, no qual, (...) muitos dos dialetos no território brasileiro passam por um processo de contato e de autorreconhecimento, especialmente na capital do Império, consolidando (...) a sua estrutura na direção do que viria a ser o português brasileiro moderno. (PAGOTTO & DUARTE, 2005, p. 68)

¹ A fim de preservar a identidade dos informantes, refere-se ao noivo como JOS e à noiva como MRC.

Esse “turbilhão linguístico”, responsável pela identidade brasileira que se firma durante o século XX, foi negligenciado pelos autores das gramáticas normativas, que moldaram um padrão de língua estranho aos falares brasileiros, mesmo àqueles considerados cultos. Na colocação pronominal, esse estranhamento se agrava, visto que “este é um dos lugares da gramática em que o embate normativo mais foi transparente, dada a própria flutuação de tais formas e a dificuldade de operar normativamente sobre elas” (PAGOTTO & DUARTE, 2005, p. 68). Quanto a essa questão, Vieira (2009) observa que as prescrições presentes nas gramáticas atuais para o uso dos clíticos pouco (ou nada) diferem daquelas apresentadas nos compêndios do início do século passado:

Apesar de já haver no início do século, (...), a consciência de que as regras de colocação pronominal brasileiras divergem das portuguesas, as gramáticas prescritivas atuais ainda estabelecem normas que, aparentemente, se aplicariam tanto no Brasil quanto em Portugal. Essas gramáticas, embora admitam casos conflitantes entre PB e PE, propõem a ênclise como regra geral, “a posição normal, lógica” (cf. Cunha & Cintra, 1985: 300). (VIEIRA, 2009, p. 124)

A colocação pronominal parece representar, nas gramáticas tradicionais brasileiras, um caso normativo “mal resolvido”, em que se confrontam questões linguísticas e sociais. De acordo com Cavalcante, Duarte e Pagotto (2011, p. 171) “o padrão de colocação pronominal preconizado em nossas gramáticas tradicionais (...) é um padrão que não corresponde a gramática nenhuma”; ao selecionar diferentes regras para diferentes contextos nos quais se orienta o emprego da próclise ou da ênclise, não se respeitam os usos nem da variedade brasileira e nem da variedade portuguesa, o que resulta em uma prescrição artificial. Com isso, “mesmo que o falante culto siga com rigor as regras do padrão normativo culto, ele não estará nunca seguindo uma gramática (do português clássico, do PE ou do PB), mas estará aplicando regras de gramáticas distintas” (CAVALCANTE, DUARTE & PAGOTTO, 2011, p. 172).

Diante desse quadro, resgatam-se as descrições/prescrições feitas por gramáticos brasileiros do início do século XX. Eduardo Carlos Pereira, por exemplo, em sua *Grammatica expositiva* (1907), dedica cinco páginas à “Colocação dos pronomes obliquos”. Para o autor, a posição do pronome ao verbo constitui a colocação natural do clítico. Tal afirmativa é sustentada por um argumento sintático:

As fórmulas atonas dos pronomes obliquos aparecem, em geral, na frase como complementos de verbos, e por isso, a sua posição normal é depois do

verbo regente, isto é, a *enclise*; as outras posições desses pronomes em referencia a seus verbos regentes são deslocamentos, ou perturbação da *ordem directa*, determinada mais pela euphonia do que pela syntaxe. (PEREIRA, 1907, p. 241)

O gramático reconhece as diferenças de ordem fonética entre o PB e o PE, destacando que tais diferenças são responsáveis pelas diferentes regras de colocação pronominal observadas nos escritores das duas variedades: “(...) claro é que a collocation dessas particulas na phrase deve divergir entre escriptores brasileiros e portuguezes, visto ser sensivel a differença da phonetica ou prosodia do Brasil e de Portugal”. (PEREIRA, 1907, p. 241-242). Ao listar as regras de colocação, entretanto, Pereira (1907) segue “o uso dos classicos portuguezes, e pouco observados, em geral, pelos escriptores brasileiros” (p. 242). O gramático elide da sua prescrição a norma de colocação dos escritores brasileiros, valendo-se de exemplos dos clássicos lusitanos. São prescritas onze regras de uso dos pronomes átonos, sinteticamente apresentadas no Quadro 01:

Quadro 01. Regras de colocação pronominal segundo Pereira (1907)

Contexto	Próclise	Ênclise	Mesóclise
01. Início de período		obrigatória	
02. Particípio presente e gerúndio (exceto quando este é precedido de <i>em</i> ou de verbos em locução perifrástica)		obrigatória	
03. Particípios passados	ao auxiliar	ao auxiliar	
04. Frases negativas	obrigatória		
05. Relativos e conjunções de subordinação	obrigatória		
06. Adjetivos, pronomes adjetivos e advérbios	condicionada	condicionada	
07. Infinitivos regidos por <i>a</i>		obrigatória	
08. Orações optativas	obrigatória		
09. Formas verbais proparoxítonas e oxítonas	obrigatória		
10. Conjugações perifrásticas	ao auxiliar	ao auxiliar ou ao principal	
11. Formas verbais do futuro do indicativo e do condicional			obrigatória
Obs.: Pronome reto e conjunção adversativa		obrigatória	

Das onze regras² apontadas, quatro prescrevem a ênclise (início de período, verbos no particípio presente e gerúndio, verbos no infinitivo, preposicionados por *a*, e verbos antecidos por pronome reto e conjunção adversativa). Chama a atenção o fato de o gramático rejeitar a possibilidade de próclise quando o verbo é antecido por pronome reto: “É manifestamente levar ao exagero a topologia pronominal o ensinar que o pronome recto e as conjunções adversativas atraem o *obliquo*” (p. 245). Quanto ao uso obrigatório da próclise, quatro são os contextos previstos: em frases negativas, nos casos em que pronome relativo ou conjunção subordinativa antecede o verbo, em orações optativas e nos casos das formas verbais proparoxítonas e oxítonas.

Em três regras, legitima-se a possibilidade de haver anteposição ou posposição ao verbo. Os adjetivos, os pronomes adjetivos e os advérbios, afirma Pereira (1907), “teem a tendencia de attrahir para juncto de si os obliquos, que serão proclíticos ou enclíticos, conforme estiverem estas palavras antes do verbo, ou depois d'elle” (p. 243). Todavia, o autor só apresenta nos exemplos casos de próclise. Com relação aos particípios passados e às conjugações perifrásticas, o autor não menciona a possibilidade de o clítico antepor-se ao verbo principal, uso registrado entre os escritores brasileiros desde o Romantismo.

João Ribeiro é outro gramático que também se ocupou do problema da posição dos clíticos na *Grammatica portugueza: curso superior* (1933). Segundo ele,

A questão da collocação dos pronomes obliquos tem sido entre nós objecto de vivas questões, menos pelos erros no emprego d'esses pronomes do que em razão de regras falsas, arbitrariamente imaginadas e impostas com tyrannico e absurdo despotismo por varios grammaticos de hoje (RIBEIRO, 1933, p. 344)

Adotando um olhar crítico acerca do assunto, Ribeiro (1933) é um pouco mais flexível quanto às regras prescritas, porém longe de adotar os “brasileirismos” mais polêmicos. O autor lista dez regras de colocação, sintetizadas no Quadro 02:

² As onze regras referem-se à oposição próclise/ênclise, visto que a mesóclise é um caso restrito às formas verbais nos tempos de futuro.

Quadro 02. Regras de colocação pronominal segundo Ribeiro (1933)

Contexto	Próclise	Ênclise	Mesóclise
01. Orações negativas e subordinadas	obrigatória		
02. Particípio passado	“obrigatória”		
03. Futuros simples			obrigatória
04. Início de frase ou período		obrigatória	
05. Gerúndio	condicionada	condicionada	
06. Partículas adverbiais	obrigatória		
07. Orações optativas com sujeito antecedendo o verbo	obrigatória		
08. Adjetivos <i>todo, nada, ninguém, nenhum, cada, qualquer</i> Quantitativos <i>tanto, quanto, muito, pouco</i>	obrigatória		
09. <i>Que</i> (conjunção ou pronome) e variantes <i>qual, quem, cujo</i> etc	obrigatória		
10. Complementos de <i>lugar onde, d’onde</i>	obrigatória		

Observando o Quadro 02, vê-se que as regras de colocação prescritas por Ribeiro (1933) mais delimitam os contextos em que se deve utilizar a próclise do que os contextos de uso apropriados à ênclise: sete das dez regras descrevem casos de anteposição do pronome oblíquo, sendo algumas delas desdobramentos de outras, como admite o próprio gramático, por exemplo, no caso de próclise aos adjetivos *todo, nada, ninguém, nenhum, cada, qualquer* e aos quantitativos *tanto, quanto, muito, pouco*, que seria uma consequência das regras 01 (próclise em orações negativas ou subordinadas) e 06 (próclise a partículas com valor adverbial). O autor reconhece a possibilidade de ênclise em três casos (01, 06 e 10, do Quadro 02). Diferentemente de Pereira (1907), Ribeiro (1933) interpreta o sujeito como atrator de pronome, o que justificaria os casos de próclise nesses contextos.

O gramático recomenda o uso da ênclise sempre em começo de frase ou período: “*Me dê*’, *me faça*’, etc., são brasileirismos que devem ser evitados” (p. 345). O autor não trata explicitamente dos casos das perífrases verbais, não havendo considerações sobre a próclise ao verbo principal. Ribeiro (1933) conclui que “a questão de colocação dos pronomes ainda não ficou resolvida, ou porque o fenómeno não fosse observado perfeitamente, ou porque não é susceptível de disciplina exacta e positiva”. (p. 347).

Tomando como referência os dois gramáticos do início do século XX, com um espaço temporal de aproximadamente 30 anos entre eles, nota-se que a colocação pronominal não possui um consenso sobre as regras dentro da tradição gramatical. Além disso, os casos que

representam traços particulares da variedade brasileira (como a anteposição no início de frase/período) são desconsiderados e tratados como “vícios” a serem evitados.

3. Os clíticos de referência à segunda pessoa do singular

Dentre as variantes de 2SG encontradas atualmente no PB, o clítico *te* é a única que sempre cumpriu tal função, desde a língua latina (cf. CAMARA Jr., 1985). Essa forma, empregada hoje como complemento verbal acusativo e dativo no português, advém do pronome-objeto acusativo *tē* do latim; verifica-se, portanto, que houve um processo de enriquecimento funcional, já que uma mesma forma passou a cumprir mais de uma função.

O *te* não é, contudo, o único clítico de 2SG presente no sistema pronominal do português. Com a gramaticalização do *você* na posição de sujeito, os clíticos de 3ª pessoa do singular (3SG) *o/a* e *lhe* passam a se referir também à 2SG. Isso porque o *você*, embora faça referência à 2SG, originou-se de uma expressão nominal (*Vossa Mercê*) o que permitiu que esse pronome se correlacionasse com formas de 3SG (os possessivos *seu/sua* e os clíticos de 3SG). Nesse sentido, pode-se afirmar que, ao lado do clítico *te*, oriundo do paradigma do pronome *tu*, coexistem os clíticos *o/a* (e suas variantes) e *lhe*, relacionados ao paradigma que se constitui após a inserção do *você*.

Cabe destacar que tanto o clítico *o/a* quanto o clítico *lhe* são fruto da gramaticalização do antigo pronome latino *ille* em posição de complemento (cf. CAMARA Jr., 1985). Diferentemente da mudança ocorrida com o *te*, que neutralizou a distinção entre acusativo e dativo, a gramaticalização de *ille* distingue os dois casos, com *o/a* funcionando apenas como acusativo e *lhe*, como dativo. Tal separação parece se perder quando esses clíticos referem-se à 2SG: o clítico *o/a* raramente é empregado nesse contexto e, por isso, o clítico *lhe* atua tanto como dativo quanto como acusativo de 2SG (cf. SOUZA, 2014).

Diante das três possibilidades de clítico com referência à 2SG, resta saber com que frequência cada uma delas é utilizada no PB. Em um estudo sociolinguístico, Souza (2014) analisou as formas variantes de acusativo de 2SG em cartas pessoais no intervalo de um século (1880-1980) e registrou o uso dos clíticos *te*, *o/a* e *lhe*. Em um total de 433 dados, a autora contabilizou 337 ocorrências da forma *te* (ou seja, 77,8% dos dados), seguida de 40 ocorrências da forma *o/a* (9,2%) e 17 ocorrências da forma *lhe* (4%). Tais resultados confirmam a preferência pela forma *te* para a representação da 2SG. É interessante observar que o emprego do clítico *te* se dá independentemente do tratamento adotado na posição de sujeito, ou seja, seu

uso não está restrito ao paradigma do pronome *tu*. É o que demonstra a Tabela 01, extraída de Souza (2014):

Tabela 01. Correlação entre o tratamento na posição de sujeito e as estratégias utilizadas como complemento acusativo

	Te	Você	o/a	Lhe	Zero	TOTAL
Tu exclusivo	168 94,4%	4 2,2%	2 1,1%	1 0,6%	3 1,7%	178 41,1%
Você exclusivo	60 50,8%	19 16,1%	26 22%	10 8,5%	3 2,5%	118 27,3%
Tu~Você	103 81,7%	6 4,8%	7 5,6%	6 4,8%	4 3,2%	126 29,1%
O Senhor	-	-	4 100%	-	-	4 0,9%
Sem referência	6 85,7%	-	1 14,3%	-	-	7 1,6%
TOTAL	337 77,8%	29 6,7%	40 9,2%	17 3,9%	10 2,3%	433 100%

(Extraído de SOUZA, 2014, p. 96)

Como se pode notar, o clítico *te* é a variante mais frequente em quatro dos cinco contextos controlados por Souza (2014): 94,4% com uso exclusivo de *tu* em posição de sujeito; 50,8% com uso exclusivo de *você* em posição de sujeito; 81,7% com uso variável entre *tu* e *você* em posição de sujeito; 85,7% em contextos sem referência expressa na posição de sujeito. A presença do pronome *tu* na posição de sujeito não é uma condição necessária para que os indivíduos empreguem o *te* acusativo. Situação oposta verifica-se para as formas *o/a* e *lhe*, notadamente mais frequentes quando o pronome *você* aparece na posição de sujeito: 26 dos 40 dados de *o/a* foram registrados no contexto com uso exclusivo de *você* na posição de sujeito, e 10 dos 17 dados de *lhe* registraram-se no mesmo contexto.

Oliveira (2014) investigou as formas variantes de dativo de 2SG em *corpus* de cartas pessoais, no mesmo período de tempo (1880-1980), e encontrou resultados semelhantes aos de Souza (2014) em relação à forma *te*. O autor computou 811 dados para sete variantes dativas, dentre os quais 556 correspondem às estratégias clíticas. Dos 556 dados, a forma *te* somou 464 ocorrências (57,2% dos dados gerais), enquanto a forma *lhe* registrou 92 ocorrências (11,3% dos dados gerais). Não se registrou o uso do clítico *o/a*, confirmando que seu uso é restrito à função acusativa. Os resultados de Oliveira (2014) revelam a variante *te* como forma preferida para a referência à 2SG em função dativa. Registrou-se também o emprego do clítico *te* em

diferentes contextos de uso pronominal na posição de sujeito, corroborando o fato de que tal clítico não se restringe ao paradigma do pronome *tu*. A Tabela 02 correlaciona as formas variantes de dativo de 2SG aos contextos na posição de sujeito controlados por Oliveira (2014):

Tabela 02. Correlação entre o tratamento na posição de sujeito e as estratégias utilizadas como complemento dativo

	Te	zero	Lhe	a ti	para ti	a você	para você	TOTAL
Somente Tu	194 78,5%	35 14,2%	1 0,4%	12 4,9%	2 0,8%	2 0,8%	1 0,4%	247 30,4%
Tu e Você	184 70,2%	50 19,2%	7 2,7%	9 3,4%	1 0,4%	3 1,1%	8 3,0%	263 32,4%
Somente Você	85 30,9%	80 29,1%	75 27,3%	1 0,4%	- -	16 5,8%	18 6,5%	275 33,9%
Outras Formas	1 3,7%	16 59,3%	9 33,3%	- -	- -	- -	1 3,7%	27 3,3%
TOTAL	464 57,2%	181 22,3%	92 11,3%	22 2,7%	3 0,4%	21 2,6%	28 3,4%	811 100%

(Extraído de OLIVEIRA, 2014, p. 108)

Em três dos quatro contextos controlados, o clítico *te* foi a variante mais frequente: 78,5% com uso exclusivo de *tu* em posição de sujeito; 30,9% com uso exclusivo de *você* em posição de sujeito; 70,2% com uso variável entre *tu* e *você* em posição de sujeito. Cumpre ressaltar que, embora os percentuais de frequência sejam mais baixos do que aqueles registrados na função acusativa, a prevalência do *te* é, ainda assim, digna de nota, visto que a função dativa envolve mais variantes em concorrência (sete) do que o acusativo (cinco). Do mesmo modo, a presença do *tu* em posição de sujeito não se mostrou um condicionamento *sine qua non* para a utilização do *te* dativo. O clítico *lhe*, em contrapartida, foi sensivelmente mais produtivo quando o *você* aparecia no contexto: 75 dos 92 dados dessa variante foram contabilizados com o uso exclusivo de *você* na posição de sujeito.

Os resultados dos estudos supracitados revelam uma larga preferência de uso do clítico *te* para a representação da 2SG. Como também já foi mencionado, o *te* é o único clítico que traz a informação de 2SG desde a sua origem, diferentemente dos outros dois clíticos, fato que parece favorecer seu emprego. Ainda assim, cabe perguntar: qual seria a explicação gramatical para a manutenção tão expressiva dessa forma conservadora, mesmo nos contextos em que as variantes da forma inovadora estão presentes?

Brito (2001), em sua dissertação, investiga o “uso não uniforme” do pronome de 2SG em função de objeto, com destaque para a associação do clítico *te* à forma *você* na posição de

sujeito. Adotando como *corpora* de análise peças teatrais e cartas pessoais produzidas nos séculos XIX e XX, a autora verificou que o uso não uniforme do pronome objeto de 2SG é condicionado por variáveis distintas; dentre elas, a posição do pronome em relação ao verbo cumpre um papel decisivo, principalmente nos dados da segunda metade do século XX. Diante dessa constatação, Brito (2001) relaciona a alta frequência de uso do *te*, mesmo nos casos em que se utiliza o *você* como sujeito, a um processo de prefixação do clítico, favorecido pela generalização da próclise no PB:

A generalização da próclise torna o clítico, numa locução verbal, sempre fixo ao verbo principal, ou seja, o clítico torna-se um afixo (cf. Cyrino, 1992). E, como mencionamos, torna-se um afixo que reflete a concordância existente no sintagma objeto: *te*, portanto, reflete a concordância com a pessoa com quem se fala, tratada atualmente por *você*. (BRITO, 2001, p. 172)

A hipótese da afixação do clítico *te* reaparece em Lopes, Souza & Oliveira (2013), sob um enfoque funcionalista da mudança linguística por gramaticalização. Partindo de resultados obtidos por pesquisas sincrônicas e diacrônicas, os autores entendem que a elevada frequência da forma *te* proclítica ao verbo registrada ao longo dos séculos XIX e XX desencadeou a decategorização desse clítico, que perdeu gradualmente sua mobilidade. Além disso, há a especialização sofrida pelo pronome, que se converteu em uma marca morfológica de número-pessoa do objeto. Outros fatores são ainda apontados pelos autores, que sustentam a hipótese da persistência do *te* como resultado de um processo de afixação:

(...) o acusativo e o dativo de 2ª pessoa apresentam o mesmo *output* fonético: *eu te vi* (acusativo) e *eu te envie* Ø (dativo); isso pode ter motivado a automação da sequência estrutural (*te-Verbo*) como uma única unidade de processamento. Teríamos assim a ritualização de um tipo de construção muito frequente e mais integrada na língua. (LOPES, SOUZA & OLIVEIRA, 2013, p. 393)

Pode-se pensar, portanto, que a forma *te* torna-se a principal estratégia clítica de referência à 2SG graças à confluência de diferentes fatores: (i) a especialização na marcação da 2SG que remonta à língua latina; (ii) a polifuncionalidade, uma vez que pode atuar tanto como acusativo quanto como dativo; (iii) a fixação de uso em próclise, posição natural/preferencial do clítico no PB. Os clíticos *o/a* e *lhe*, em contrapartida, tem seu uso desfavorecido pela ausência desses e outros fatores. Sendo assim, é inegável a necessidade de um estudo que investigue a posição em que esses clíticos de 2SG podem aparecer, a fim de conferir maior peso à hipótese da prefixação do *te*.

4. Pressupostos teórico-metodológicos: a sociolinguística histórica e as tradições discursivas

Para investigar a colocação dos pronomes clíticos de 2SG em cartas amorosas durante a década de 1930, dois aspectos serão considerados na análise: o fator sócio-histórico e o fator textual. Diante desses fatores, propõem-se alguns pressupostos teóricos e metodológicos da Sociolinguística Histórica (SH) e das Tradições Discursivas (TD).

Utiliza-se a SH para contemplar a dimensão sócio-histórica do fenômeno em análise. O *corpus* selecionado carece de uma contextualização mínima, já que seria um equívoco lidar com os dados de cartas escritas há aproximadamente oitenta anos como se fossem dados da atualidade; tal atitude caracterizaria um *anacronismo* (cf. BERGS, 2012), uma vez que se estaria avaliando um material do passado com um olhar do presente. Além disso, é preciso situar, no espaço e no tempo, os informantes, já que se pretende verificar se variáveis extralinguísticas – neste caso, o sexo/gênero e o grau de domínio sobre os modelos de escrita – podem influenciar na escolha pela próclise ou ênclise dos clíticos de 2SG.

Diferentemente de uma pesquisa sociolinguística sincrônica, lidar com dados históricos produzidos por informantes de outras épocas implica sempre um trabalho de reconstituição. Como afirmam Hernández-Campoy & Schilling (2012), o estudo de formas linguísticas históricas conta com registros linguísticos incompletos e, por isso, o conhecimento das situações do passado sociocultural deve ser reconstruído, dada a impossibilidade de uma observação direta pelo pesquisador. Os referidos autores destacam sete problemas principais inerentes à pesquisa sócio-histórica, dentre os quais se destacam a *autoria*, a *autenticidade* e a *validade social e histórica*. Esses três problemas estão diretamente relacionados à natureza do *corpus* e aos informantes.

Um dos maiores desafios quanto ao problema da *autoria* é saber se os documentos foram escritos, de fato, pelos informantes que os assinam. Em um passado não tão distante, os textos do passado eram frequentemente registrados pela mão de terceiros. As razões variam de uma época para outra, embora, de maneira geral, a principal causa fosse as altas taxas de analfabetismo. Esse tipo de material não é o mais adequado para a análise linguística, pois certas variantes podem ter sido introduzidas/bloqueadas por influência da “mão escritora”, filtrando determinados usos que o autor legítimo poderia fazer.

A questão da *autenticidade* diz respeito ao grau de pureza nos textos em relação aos usos autoconscientes (como é o caso das hipercorreções). Usos linguísticos conscientes podem bloquear a ocorrência de certas formas, principalmente daquelas mais vinculadas à língua

falada. Os textos escritos procuram se adequar a uma norma “padrão” que comumente se distancia da língua em uso; portanto, é necessário que o linguista “filtre” a interferência do padrão, buscando separá-lo dos usos mais próximos ao vernáculo e das atitudes autoconscientes que tenham gerado desvios na tentativa de adequação a alguma regra.

No que se refere à *validade social e histórica*, é fato que, em geral, se conhece pouco sobre o perfil social dos autores e mesmo sobre a estrutura da sociedade na qual esses autores estavam inseridos. Isso exige que se investigue minimamente o modo como se organizava a comunidade a que pertenciam os informantes. É fundamental recuperar algumas informações necessárias para que se possa interpretar os padrões de variação presentes nos textos.

Esses três problemas se fazem presentes na amostra de cartas pessoais selecionada para este estudo. Tais cartas foram editadas por Silva (2012), que relata a dificuldade de obter dados biográficos dos informantes, uma vez que se trata de um “casal não ilustre”:

Essa documentação que serviu de base para esta análise, ao contrário de outros materiais utilizados em estudos linguístico-históricos, não foi localizada em nenhum acervo ou arquivo de acesso público, e sim recolhido, ao acaso, no lixo, no bairro de Ramos, subúrbio do Rio de Janeiro. Por essa razão, todos os dados obtidos foram retirados das próprias cartas a fim de que fosse possível fazer uma descrição acerca dos autores das mesmas. (SILVA, 2012, p.43)

De acordo com Conde Silvestre (2007), documentos de pessoas não ilustres, de camadas sociais mais baixas, são raros e contêm escassos dados biográficos, o que torna os informantes praticamente anônimos. Diante disso, Silva (2012) extrai todos os dados biográficos das próprias cartas. A partir das 97 missivas que compõem a amostra, a autora observou que: i) quanto à autoria, parece que os informantes eram os próprios autores das cartas, devido à presença de assinaturas e à regularidade de certos desvios grafemáticos e gramaticais presentes nos textos; ii) quanto à autenticidade, verifica-se o uso de uma norma que se aproxima ao que se acredita ser o PB popular da época; iii) quanto à validade histórica e social, Silva (2012) constatou que ambos os informantes eram pessoas comuns, residentes na região metropolitana do Rio de Janeiro. O noivo trabalhava no centro da cidade, enquanto a noiva não trabalhava e era mãe de uma menina.

Na ausência de qualquer informação acerca do grau de escolaridade/letramento do casal, Silva (2012) utilizou informações disponíveis dentro das cartas para formular parâmetros que pudessem mensurar o grau de contato dos missivistas com a norma culta vigente na época. Como parâmetros, a autora utilizou o número e o tipo de edições feitas nos documentos, tais

como: junções, segmentações e modernizações de palavras escritas diferentemente da grafia padrão (indicadores de menor domínio de escrita); modernização de palavras etimologizadas e expansão de abreviaturas (indicadores de maior domínio de escrita). Os resultados mostraram que

(...) *[JOS]* apresenta em sua escrita mais evidências do seu maior contato com variados textos e modelos de escrita e, conseqüentemente, o seu maior grau de letramento se comparado com o perfil de escrita de sua noiva. *[MRC]*, por sua vez, não demonstra ter muito domínio da norma escrita, visto que comete mais desvios referentes à segmentação e à grafia das palavras. A presença significativa de palavras latinizantes nas cartas de *[JOS]* (...) demonstra grande contato de *[JOS]* com o texto escrito e sua preocupação em parecer mais letrado. (SILVA, 2012, p. 74-75)

Adotando a proposta de Barbosa (2005) para o estabelecimento do grau de letramento a partir de fontes escritas, Silva (2012) conclui que os noivos não possuíam nível de domínio sobre os modelos de escrita muito distanciado, mas é evidente que JOS era relativamente mais letrado do que MRC³:

(...) *[MRC]* era uma moça com cultura mediana, (...) pois sabia ler e escrever, mas tinha pouco domínio das regras de escrita. As cartas de *[MRC]* seriam uma fonte preciosa para o conhecimento da norma popular do português brasileiro da primeira metade do século XX. *[JOS]*, por outro lado, demonstra ter um grau de letramento um pouco maior que a noiva. Não se trata de um informante completamente escolarizado por também apresentar certos desvios de grafia e marcas de oralidade em seu texto, mas certamente teve mais acesso aos bancos escolares que sua noiva. (SILVA, 2012, p. 92)

Se, por um lado, os pressupostos da Sociolinguística Histórica atendem à dimensão sócio-histórica deste estudo, por outro, os pressupostos das Tradições Discursivas atendem à dimensão textual. De acordo com Kabatek (2006), entende-se por Tradições Discursivas (TD)

(...) a repetição de um texto ou de uma forma textual ou de uma maneira particular de escrever ou falar que adquire valor de signo próprio (portanto é significável). Pode-se formar em relação a qualquer finalidade de expressão ou qualquer elemento de conteúdo, cuja repetição estabelece uma relação de união entre atualização e tradição; qualquer relação que se pode estabelecer semioticamente entre dois elementos de tradição (atos de enunciação ou elementos referenciais) que evocam uma determinada forma textual ou determinados elementos linguísticos empregados. (KABATEK, 2006, p. 7)

³ A questão do grau de letramento dos missivistas será retomada na seção de análise dos dados, haja vista que o conhecimento de certas regras de colocação pronominal pode ser tomado como um parâmetro gramatical para mensurar o domínio da norma culta veiculada à época em que os informantes viveram.

A partir da definição apresentada, pode-se dizer que o gênero carta pessoal constitui uma TD, bem como as diferentes seções da carta (saudação inicial, despedida), visto que a repetição dessa forma textual adquiriu – ao menos no universo da escrita ocidental – valor de signo próprio. Ou seja, há uma maneira de dizer típica das cartas pessoais e, nesse sentido, determinadas formas enunciativas e elementos linguísticos são evocados toda vez que um indivíduo se propõe a redigir uma carta pessoal.

Por essa razão, Kabatek (2006, p. 8) afirma que “uma TD é mais do que um simples enunciado; é um ato linguístico que relaciona um texto com uma realidade, uma situação, etc., mas também relaciona esse texto com outros textos da mesma tradição”. O conceito de TD tem se tornado imprescindível às pesquisas em torno da variação e mudança linguística, já que, ao considerar que os textos possuem uma história própria, independente da história das línguas, ganha-se em rigor metodológico; assim, considerar a existência das TD permite distinguir formas linguísticas relacionadas à tradição do texto de formas linguísticas efetivamente em variação/implementação/desaparecimento na língua.

Lopes (2011), por exemplo, alia o paradigma das TD aos pressupostos variacionistas para analisar os sistemas de tratamento do PB em vigor nas primeiras décadas do século XX baseando-se em cartas pessoais. A autora reconhece que as diferentes situações comunicativas influenciam na adoção das estratégias de tratamento:

Para identificar as variações de uso das estratégias de tratamento, (...) não basta realizar um levantamento quantitativo em termos de regras variáveis a fim de descrever que forma é frequente em que período numa amostra específica. Tal perspectiva metodológica, se não for associada a outros instrumentais de análise, indicaria um resultado não necessariamente válido, mas poderia evidenciar apenas que determinada estratégia é produtiva pelo fato de fazer parte de uma TD ou mais TDs predominante(s) em determinados textos e não porque seu emprego seja de fato o mais abrangente. Um dos principais aspectos a serem examinados é se houve uma expansão ou redução dos contextos comunicativos em que um tratamento específico é evocado. (LOPES, 2011, p. 368)

Por essa razão, Lopes (2011) propõe uma caracterização do gênero carta pessoal que distingue seções mais ou menos fixas; quanto mais fixa ou formulaica é uma seção, mais probabilidade há de que se verifique uma TD. Quanto à forma do texto, a autora observa que o gênero epistolar costuma apresentar uma macroestrutura composta por seção de *contato inicial* (com *saudação* e podendo haver *captação de benevolência*), *núcleo* da carta (que traz o assunto propriamente dito) e seção de *despedida*. Dentre essas seções, “o ‘núcleo da carta’ é uma parte

mais flexível em termos estruturais e temáticos. É nele que se tem o corpo do texto, a razão pela qual se está escrevendo a carta” (LOPES, 2011, p. 370). As outras seções apresentam certa fixidez e constituem TD do gênero epistolar. Em relação a elas, Lopes (2011, p. 370) adverte que “É preciso levar em conta que a alta frequência de um dado linguístico em análise presente nesses trechos fixos precisa ser observada com maior apuro para não se caracterizar como uso de época uma estrutura típica da tradição discursiva do gênero”.

Ao final do artigo, Lopes (2011) avalia como produtiva a conjugação entre a análise variacionista e o paradigma das Tradições Discursivas:

A combinação das duas perspectivas de análise (...) trouxe resultados mais seguros que permitiram visualizar a distribuição dos dados em cada documento. A aplicação metodológica possibilitou identificar com clareza que formas tratamentais empregadas nos documentos eram motivadas pelas tradições do texto e quais poderiam ser consideradas como indícios da norma linguística da época em questão. (LOPES, 2011, p. 388)

Visando a alcançar tal rigor metodológico na investigação da colocação pronominal dos clíticos de referência à 2SG, conciliam-se os pressupostos da Sociolinguística Histórica e das Tradições Discursivas na descrição e análise dos dados apresentados na próxima seção.

5. A colocação dos clíticos em dados: análise dos resultados

5.1 Resultados gerais

Para a análise da posição dos clíticos com referência à 2SG, levantou-se um total de 412 estruturas, sendo 276 com formas verbais simples e 136 com formas complexas⁴. Quanto ao tipo de clítico, das 412 ocorrências, 407 (isto é, 98,8%) foram do clítico *te*, 04 (1%) do clítico *lhe* e 01 (0,2%) do clítico *o/a*. Por meio desse resultado global, pode-se confirmar que o *te* é a forma clítica preferida para a referência de 2SG nas posições de objeto. Na Tabela 03, distribuem-se as ocorrências dos clíticos quanto à posição e aos informantes da amostra:

⁴ Dada a extensão limitada deste trabalho, serão analisadas apenas as ocorrências com lexias verbais simples.

Tabela 03. A posição dos clíticos de 2SG quanto aos informantes

		Próclise	Ênclise	Mesóclise	TOTAL
	<i>te</i>	148 54,8%	120 44,4%	02 0,8%	270 98,5%
JOS	<i>lhe</i>	02 66,7%	01 33,3%	-	03 0,4%
	<i>o/a</i>	-	01 100%	-	01 1,1%
TOTAL		150 54,7%	122 44,5%	02 0,8%	274
	<i>te</i>	92 67,2%	45 32,8%	-	137 99,3%
MRC	<i>lhe</i>	01 100%	-	-	01 0,7%
	<i>o/a</i>	-	-	-	00
TOTAL		93 67,4%	45 32,6%	-	138

Como ilustram os números da tabela, 274 das 412 estruturas foram extraídas das cartas do noivo, enquanto as outras 138 pertencem às cartas da noiva. A diferença em números absolutos deve-se à diferença no número de cartas disponíveis de cada informante: dos 95 documentos analisados, 65 foram escritos por JOS e 30 são de autoria de MRC. Quanto ao tipo de clítico de 2SG, ambos os informantes registram uso quase categórico da forma *te*. O único caso da variante *o/a* aparece em carta do noivo. Ambos registraram ocorrência de *lhe*, sendo 01 em carta de MRC e 03 em carta de JOS.

Observa-se, ainda, em termos globais, que MRC é nitidamente mais proclítica do que JOS: são quase 70% das ocorrências de clítico da noiva em próclise, contra aproximadamente 55% do seu noivo na mesma posição. Além disso, os dois únicos casos de mesóclise na amostra pertencem a JOS, fato que corrobora, através de um “parâmetro morfossintático”, as afirmações de Silva (2012) quanto à diferença no grau de domínio sobre os modelos da escrita entre os dois missivistas. Os exemplos ilustram as ocorrências de *lhe* (01), o único dado de *o/a* (02) e as mesóclises registradas na amostra (03):

(01) a. eu **lhe darei** um beijo como chegada, nos lábios não no rosto nos lábios só escondido (MJ-29-09-1936)

b. Deste que jamais **lhe esquecerá**, e que viverá somente para o seu amor (JM-30-06-1936)

c. Domingo sentirei as tuas mãos de veludo acariciarem as minhas, sentirei o contato do teu corpo com o meu, ouvirei o seu coração palpitando de desejos, e furtivamente **lhe beijarei** várias vezes (JM-14-10-1936)

d. **Quisera dizer-lhe** baixinho Pra ninguém mais escutar Se voce não matar da saudade A saudade vae me matar. (JM-22-08-1936)

(02) (...) a todo momento pareço ouvir-te falar, ou então ouvir-te chamar pelo meu nome, **pareço vê-la**, mas tudo isso não passa de uma ilusão, porque estas tão longe, e só tenho comigo dentro do peito o teu pobre coração. (JM-24-09-1936)

(03) a. Queres saber porque briguei com Senhor *M.*, isto não interessa, água passada não volta ao moinho, depois **falar-te-ei** quando for aí. (JM-26-09-1936)

b. Peço-te para me mandares aquele retratinho que me mostraste ontem, (...) por esses dias **mandar-te-ei** uns dos meus, porque o que tu tens, qualquer dia desaparece de tu tanto beijares (JM- 05-10-1936)

Como se vê, 03 das 04 ocorrências da forma *lhe* ocorrem em posição proclítica e associadas a uma forma verbal flexionada no futuro; nos dados do noivo, pode-se pensar que a próclise foi motivada pela presença dos advérbios “jamais” (01b) e “furtivamente” (01c). Vale lembrar que as descrições tradicionais nada mencionam sobre o caso de “encruzilhada de regras”, não sendo prescrito qual seria a “posição adequada” para os casos de verbos no tempo futuro antecidos por “atratores” de clítico (próclise ou mesóclise?). A noiva não emprega mesóclise e opta pela próclise, mesmo quando o contexto não apresenta um “atrator” (01a). O único caso de *lhe* enclítico é de JOS, porém não aparece em um trecho de escrita autoral; trata-se, na verdade, de um fragmento de um poema (01d). Em (02), o único caso de *o/a* com referência à 2SG aparece sob a forma da variante enclítica *-la*. Em (03), os dois casos de *te* em posição mesoclítica estão associados aos verbos “falar” e “mandar”.

Serão considerados, na análise seguinte, apenas os dados do *te* – a forma quantitativamente mais expressiva da amostra – nas posições de próclise e ênclise.

5.2 Análise das formas verbais simples

Das 271 estruturas com o clítico *te* associado a formas simples, 149 (55%) apresentam próclise e 122 (45%), ênclise. Estão inclusos, nesses dados, os casos de ênclise obrigatória, próclise obrigatória (em que há “atratores”) e casos de colocação de “livre-escolha” (em que

não há uma regra para anteposição ou posposição do clítico). No Gráfico 01, dividem-se as ocorrências gerais segundo o missivista, com os percentuais de frequência registrados:

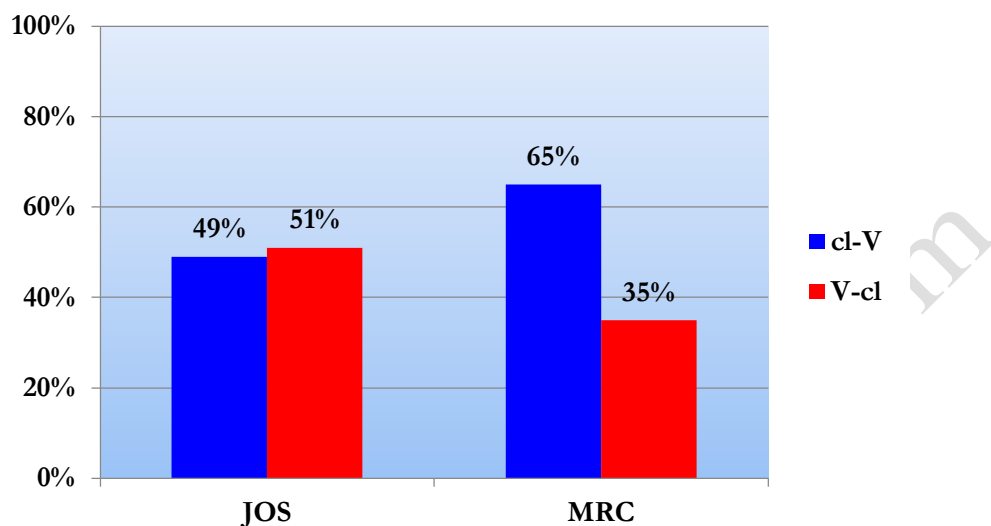


Gráfico 01. A posição do clítico *te* nas formas verbais simples segundo os informantes da amostra

Nesses percentuais, é evidente que a informante MRC transparece o caráter proclítico do PB em sua escrita informal: 65% dos seus dados de *te* (66 de 101 ocorrências) ocorrem antepostos à forma verbal. O informante JOS, em contrapartida, apresenta um padrão de colocação mais equilibrado entre próclise e ênclise, revelando, em princípio, maior apuro em sua escrita ao empregar a ênclise como posição preferencial de colocação do clítico. Suas ocorrências de anteposição empatam com as ocorrências de posposição: 51% (87 de 170 dados) para esta e 49% (83 de 170 dados) para aquela.

Um alto índice de ênclise, no entanto, não significa que o missivista obedece efetivamente às regras de colocação prescritas pela gramática tradicional. Com o intuito de “peneirar” esses resultados e verificar, com precisão, em que grau as regras gerais de colocação das formas átonas são seguidas pelos informantes, subdividem-se os resultados das formas verbais em três contextos: (i) o de “livre-escolha”; (ii) o de ênclise obrigatória; (iii) o de próclise obrigatória.

- Contextos de colocação de “livre-escolha”

Denominam-se contextos de livre-escolha aqueles que não apresentam motivações explícitas que influenciariam a anteposição/posposição do pronome. Destacam-se, especificamente, os contextos em que as formas verbais simples são antecedidas por um SN sujeito, por pronomes pessoais retos ou por formas de tratamento. Acredita-se que, nesses

contextos, os informantes manifestam o padrão de colocação mais próximo à norma efetiva de uso. O Gráfico 02 apresenta os percentuais da posição do clítico nos contextos de livre-escolha verificados em cada informante:

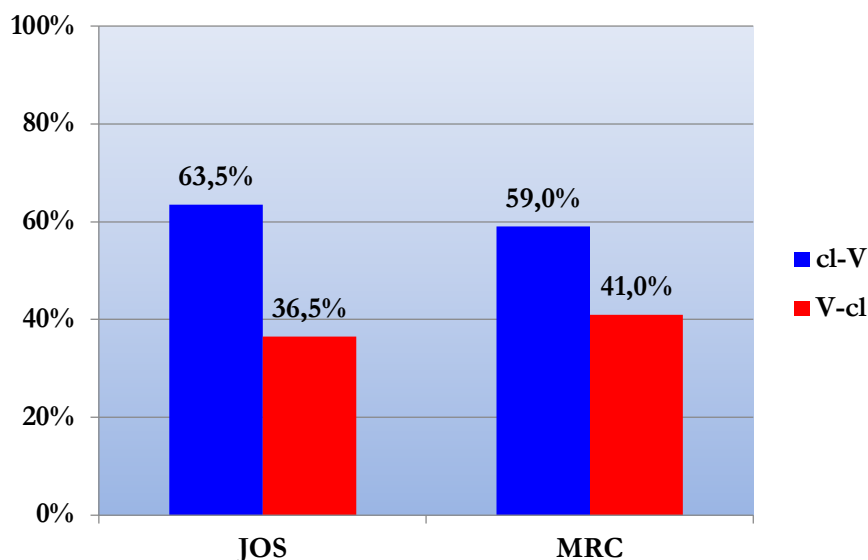


Gráfico 02. A posição do clítico *te* em contextos de livre-escolha segundo os missivistas

Ao comparar os gráficos 01 e 02, constata-se, primeiramente, que os dois informantes refletem o padrão de colocação próprio do PB, isto é, a próclise ao verbo; ambos registram, em cerca de 60% dos dados, a forma *te* anteposta à lexia verbal simples (07 de 11 ocorrências do noivo e 30 de 51 ocorrências da noiva). Observa-se, ainda, uma alteração significativa no padrão de colocação de JOS: enquanto no Gráfico 01 a distribuição entre próclise e ênclise era de praticamente 50% para cada uma, no Gráfico 02 essa distribuição sofre um desequilíbrio em favor da próclise. Na Tabela 04, são apresentados os números de ocorrência junto aos percentuais de colocação obtidos para os contextos de livre-escolha nas cartas de cada um dos informantes:

Tabela 04. A posição do clítico *te* em contextos de livre-escolha segundo os missivistas

Lexias Simples	JOS		MRC		TOTAL
	Próclise	Ênclise	Próclise	Ênclise	
SN sujeito	01 50%	01 50%	03 60%	02 40%	07
Pron. pessoais/ de tratamento	06 67%	03 33%	27 59%	19 41%	55
TOTAL	07 63,5%	04 36,5%	30 59%	21 41%	62

Ao subdividir os contextos de ocorrência de livre-escolha, percebe-se que há uma aparente “indecisão” em antepor ou pospor o clítico ao verbo quando este é antecedido por um SN sujeito: o noivo contabiliza um dado em cada posição e a noiva prefere a próclise (por um dado de diferença). Quando a lexia verbal é antecendida por pronomes pessoais ou formas de tratamento, ambos preferem a próclise (67% nos dados de JOS e 59% nos dados de MRC). Embora sejam contextos para os quais não há uma regra explícita sobre a posição do clítico, a premissa normativa de que a ênclise é uma posição natural e que se deve optar por ela quando não houver atrator encontra eco na escrita do casal. Mesmo que eles tenham preferido, em percentuais gerais, pela próclise, a pressão normativa em favor da ênclise faz aparecer 04 ocorrências de ênclise nos dados de JOS e surpreendentes 21 ocorrências nos dados de MRC.

(04) *próclise SN sujeito*

- a. Meu amor seja um pouco razoável creia um pouco mais em meu amor, este amor que o meu pobre coração **te dedicou**, e que tanto sofre (JM-19-01-1937)
- b. você tem mais sorte do que eu Deus **te conserve** assim (MJ-29-09-1936)
- c. eu escrevo para minha casa depois o A. **te entrega** e depois você rasga ou manda para mim (MJ-19-01-1937)

(05) *ênclise SN sujeito*

- a. Este teu querido noivinho **envia-te** muitos beijos e abraços. (JM-16-03-1937)
- b. a H. **manda-te** um beijo e da tua noivinha muitos beijo e abraços (MJ-28-09-1936)

(06) *ênclise pronomes pessoais*

- a. Minha querida sinto vergonha de dizer-te estes últimos dias tenho chorado, espero que tu me perdoes por essa minha criancice, mas eu **amo-te** minha santa (JM-29-09-1936)
- b. eu **escrevendo-te** todos os dias sofro, que fará se eu não escrevesse, morreria de tanta dor. (JM-14-10-1936)
- c. eu **peço-te** para ir ao médico (MJ-22-09-1936)
- d. eu **peço-te** para não ficares zangado comigo que eu não sou a culpada de eu ficar aqui (MJ-01-10-1936)

Os exemplos em (04) ilustram os casos de próclise com SN sujeito antecedendo a formal verbal, registrado com os verbos “dedicar”, “conservar” e “entregar”. Em (05), estão casos de ênclise contabilizados dentro do mesmo contexto, que aparecem na seção de despedida das

cartas; é plausível pensar nesses casos de ênclise vinculados à estrutura formulaica da despedida, não sendo um dado linguístico neutro, mas sim um dado que resulta de uma TD das cartas pessoais.

Os exemplos em (06) trazem casos de ênclise com pronome pessoal antecedendo o verbo e, novamente, as ocorrências de ênclise parecem estar atreladas às TD do gênero epistolar: dos 19 dados dessa natureza, registrados nas cartas de MRC, 14 deles ocorrem dentro de uma fórmula fixa com o verbo “pedir” (do tipo “*Eu peço-te para (não) V_{inf}*”), tais como (06c-d). De acordo com Lopes (2011), cartas pessoais quase sempre envolvem pedidos – de algo concreto, de notícias, de cumprimento de uma ordem *etc.* Esses pedidos aparecem marcados na escrita de MRC por uma estrutura formulaica. Como demonstrado nos gráficos, a informante utiliza, em boa medida, um padrão proclítico, o que leva a crer que seus dados fogem a esse padrão quando, dentro de determinado contexto, a missivista adota TD típicas das cartas pessoais, as quais ela devia estar habituada a ler em outras missivas e reproduzia nos seus textos.

- Contextos de “ênclise obrigatória”

É considerado contexto obrigatório de uso da ênclise o início absoluto de período ou de oração. Segundo as normas prescritivas, um clítico nunca pode ocupar a primeira posição de uma sentença, de forma que o uso da próclise é condenado. As ocorrências e os percentuais de colocação registrados para tal contexto aparecem na Tabela 05:

Lexias Simples	JOS		MRC		TOTAL
	Próclise	Ênclise	Próclise	Ênclise	
Início de Período	00 -	14 100%	00 -	06 100%	20
Início de Oração	04 21%	15 79%	00 -	01 100%	20
TOTAL	04 12%	29 88%	00 -	07 100%	40

Tabela 05. A posição do clítico *te* em contextos de ênclise obrigatória segundo os missivistas

É digno de nota que os dois missivistas não registrem nenhum dado de clítico em início absoluto de período. Tal possibilidade, apontada como uma inovação do PB, já foi registrada em outros trabalhos acerca da posição de clíticos em cartas pessoais (cf. DUARTE & PAGOTTO, 2005; CAVALCANTE, DUARTE & PAGOTTO, 2011). Ainda que se esteja focalizando apenas um tipo de clítico, é curioso que nenhuma de suas 20 ocorrências em começo de período seja em próclise, já que os informantes revelam, a partir de outros aspectos,

domínio regular dos padrões de escrita. A ausência de próclise em tal contexto parece refletir o peso normativo de uma regra bem marcada e asseverada pelos gramáticos.

Tão curiosa quanto a ausência de próclise em início de período é a ocorrência de próclise em começo de oração na amostra em análise: os 04 dados de clítico anteposto ao verbo nesse contexto foram computados em cartas do noivo. As cartas de MRC registram apenas um dado nesse contexto, no qual o clítico está posposto ao verbo (portanto, de acordo com a norma de uso prescrita).

(07) a. Precisamos ter calma e paciência, porque haveremos de vencer, ainda não arranjei para onde deves mandar as minhas cartas, mais assim que arranjar **te avisarei**. (JM-19-01-1937)

b. Amanhã a noite se eu ficar sozinho em casa, **te escreverei** uma carta como tu gostas bem grande e bonita (JM-13-02-1937)

(08) a. a última carta que você me mandou é linda como você eu tenho pena de eu não saber escreve, **peço-te** para não reparares a minha burrice (MJ-02-02-1937)

b. **Desejo-te** muitas felicidade assim como aos teus eu e os meus vamos bem graças a Deus (MJ-21-09-1936)

c. **Peço-te** para me mandares aquele retratinho que me mostraste ontem (JM-05-10-1936)

d. **Espero-te** minha flor no sábado aonde combinamos, na Rua Buenos Aires (JM-15-02-1937)

Os exemplos em (07) trazem 02 dos 04 dados de próclise em começo de oração presentes nas cartas de JOS. Nessas ocorrências, o tempo do verbo – futuro – parece interferir em favor da próclise. Em (08a), percebe-se que o único caso de contexto inicial de oração registrado nas cartas de MRC envolve a estrutura formulaica com o verbo “pedir”, o que justifica o uso da ênclise. Nos exemplos (8b-e), ilustram-se alguns casos de contexto inicial de período e, mais uma vez, fórmulas fixas explicam os dados de ênclise: 05 dos 06 dados levantados nas missivas da noiva ocorrem com o verbo “desejar” na seção de saudação inicial das cartas. Os 14 dados encontrados nas missivas do noivo, embora envolvam um número maior de verbos diferentes – “pedir”, “lembrar”, “amar”, “alegrar”, “esperar”, “querer”, “desejar” e “escrever” –, também apresentam uma estrutura modelo que se repete nas cartas (8c-d). É viável afirmar que os dados de próclise em início de oração/período não aparecem tão expressivamente como se esperava graças às fórmulas fixas da escrita epistolar que preservam a ênclise.

- Contextos de “próclise obrigatória”

Consideram-se contextos de próclise “obrigatória” – ou “preferencial”, como modalizam alguns gramáticos – todos aqueles em que se tem uma forma linguística que não seja um SN sujeito e nem um pronome pessoal ou de tratamento. Incluem-se itens consagrados pela tradição como legítimos “atratores” (como as expressões de negação e os elementos de valor adverbial) e outros que geram discordância entre os autores (como os conectores coordenativos e as preposições). Apresentam-se, na Tabela 06, as ocorrências e os índices percentuais dos principais elementos controlados:

Tabela 06. A posição do clítico *te* em contextos de próclise ‘obrigatória’ segundo os missivistas

	JOS		MRC		TOTAL
	Próclise	Ênclise	Próclise	Ênclise	
Negação	09 100%	00 -	05 83%	01 17%	15
Elementos Adverbiais	25 78%	07 22%	16 84%	03 16%	51
Pron. Relativos	10 91%	01 9%	05 100%	00 -	16
Conectores Subordinativos	02 50%	02 50%	01 100%	00 -	05
Conectores Coordenativos	02 18%	09 82%	01 33%	02 67%	14
Preposições/SP	13 39,5%	20 60,5%	05 100%	00 -	38
TOTAL	61 60%	39 40%	33 84,5%	06 15,5%	139

As taxas de próclise diante dos elementos de negação, dos elementos adverbiais e dos pronomes relativos confirmam que esses são contextos marcados pelo uso da próclise. Na fronteira da faixa de expectativas, aparecem os conectores subordinativos, que não se mostram tão fortemente como atratores do pronome: nos dados de JOS, verifica-se uma divisão de 50% entre anteposição e posposição. Os conectores de coordenação não apresentam, no *corpus*, um “poder de atração” que justifique o estabelecimento de uma regra em favor da anteposição do clítico. As preposições e os sintagmas preposicionados não atuam como operadores de próclise nos dados do noivo, que coloca o clítico depois do verbo em 60% das ocorrências.

É interessante observar, também, os dados “errados”, ou melhor, os usos de ênclise nos contextos em que se prevê a próclise. Eles evidenciam certa insegurança do escrevente, que, na

preocupação de evitar a anteposição do clítico, comete hipercorreção. Em termos quantitativos, o índice de erro nos contextos mais marcados (negação, adverbiais e relativos) foi relativamente baixo: 12 dados de ênclise dentre 82 dados registrados, sendo 08 deles pertencentes a JOS e 04 a MRC. O noivo é “traído” pela norma padrão: na constante tentativa de se mostrar mais culto e com maior domínio da escrita do que sua noiva, JOS “erra” o dobro de vezes em relação a ela. MRC, com menor domínio da cultura escrita e usuária do padrão proclítico do PB, “erra menos”:

(09) não **escrevo-te** mais esta semana (MJ-01-10-1936)

(10) a. Espero dentro em breve **ver-te** novamente ao meu lado, para aumentarmos ainda mais o nosso amor. (JM-25-08-1936)

b. minha querida peço-te o favor de fazeres o possível de podermos descer no trem 4 horas e 40 minutos, pelo que desde já **agradeço-te**. (JM-15-10-1936)

c. Eu recebi mais uma carta a do dia 6 no dia 7, eu já **mandei-te** com esta 3. (MJ-07-10-1936)

d. Eu na semana passada **escrevi-te** 6 cartas eu juro por tudo que você quiser você no Domingo pergunta a minha irmã. (MJ-29-09-1936)

(11) Lembra-te daquele camarada que **falei-te** domingo? ontem veio pedir-me desculpas, dizendo que não levasse a mal (JM-06-10-1936)

O único caso de ênclise com negação anterior aparece em (09); trata-se de uma oração absoluta ao final da carta em que ocorre. Em (10a-b), há 02 dos 07 casos de ênclise com expressões adverbiais antecedentes, em sua maioria denotando tempo (“cada vez”, “desde já”, “dentro em breve”). Duas das três ocorrências desse tipo nas cartas de MRC aparecem em (10c-d), sendo os antecedentes adverbiais também temporais (“já” e “[n]a semana passada” duas vezes). O único caso de ênclise com pronome relativo antecedente, registrado em carta de JOS, é mostrado em (11). Vejam-se, a seguir, exemplos com os conectores:

(12) a. Só eu posso dizer o quanto sinto me feliz quando **sinto-te** em meus braços (JM-15-02-1937)

b. Minha querida só descansarei e ficarei calmo quando **possuir-te** em meus braços (JM-21-09-1936)

c. eu no Domingo vou a missa no Penha vê se pode encontrar comigo conforme **te pedi** na outra carta. (MJ-12-01-1937)

- (13) a. Tu bem sabes minha flor o quanto eu te adoro e **te amo** (JM-09-09-1936)
- b. Este teu amado não se cansa de te amar, e **te amará** eternamente (JM-15-10-1936)
- c. eu só tenho aguardar a tua resolução e mais nada, portanto **peço-te** para ser razoável (JM-29-09-1936)
- d. Sinto que em ti é que esta toda a minha existência, por isso **quero-te** muito para poder viver eternamente (JM-02-03-1937)
- e. Você disse para eu não escrever palavras doces que **te fazem** mal ao estômago (MJ-14-09-1936)

Dos 04 dados de JOS que sucedem um elemento subordinativo, 02 casos de ênclise ocorrem em orações encabeçadas pelo conector “quando” (12a-b). Os casos de próclise ocorreram após os conectores “conforme” e “se”. Em (12c), ilustra-se a única ocorrência nas cartas da MRC desse contexto, com o clítico em próclise e aparecendo após o conector “conforme”. No contexto de coordenação, exemplificam-se em (13a-b) os 02 dados de próclise nas missivas do JOS: ambos envolvem o conector “e” e o verbo “amar”. Em (13c-d), exibem-se 02 dos 09 dados de ênclise após conector coordenativo; registrou-se posposição do clítico após os conectores “e” (em 05 dados), “entretanto” (02 dados), “portanto” e “por isso”. A única ocorrência de próclise após conector coordenativo encontrada nas cartas da noiva aparece em (13e); as outras 02 ocorrências nesse contexto são casos de clítico posposto que sucede o conector “e”, com o verbo “pedir”. Não é evidente, através dos dados do *corpus*, se conectores de coordenação exercem influência na atração do clítico. Finalmente, apresentam-se algumas ocorrências com preposições/SP antecedendo as estruturas em análise:

(14) próclises

- a. peço-te para não reparares a minha burrice, eu não tenho idéias para **te escreve** (MJ-02-02-1937)
- b. eu não tenho assunto para **te escreveres**, você é o contrário de mim você para escrever tens sempre assunto mais quando estás perto de mim ficas tão caladinho eu é que falo tudo com você (MJ-15-03-1937)
- c. É o quanto te pode desejar este coração que de ânsias de **te amar** muito sofre (JM-15-02-1937)
- d. Sinto-me envergonhado de **te escrever** a lápis mas se te enfastiaredes de minhas letras manda-me dizer, porque eu então não escreverei mais (JM-15-09-1936)

(15) ênclises

a. volto a tua presença com as minhas letras, somente para **dizer-te**, que devido aquela dentada que me deste no domingo ainda estou com o dedo dormente. (JM-16-03-1937)

b. já começo a sentir a ansiedade de **ver-te** novamente, de ver a deusa que é a minha rainha, a deusa que eu sempre incluo nos meus sonhos. (JM-06-10-1936)

c. Minha querida sinto-me feliz em **amar-te**, e ser amado por ti. (JM-20-04-1937)

Em todas as 05 ocorrências após preposição, nas missivas de MRC, o clítico aparece anteposto ao verbo (14a-b). Registram-se, nesses dados, a presença das preposições “para” (03 ocorrências), “sem” e “de”. Computaram-se 13 ocorrências do mesmo tipo nas missivas de JOS, dentre as quais figuram as preposições “de” (com 04 dados), “para” (03 dados), “por” (03 dados), “sem” (02 dados) e “em”. Na documentação deste informante, foram coletadas, ainda, 20 ocorrências de pronome enclítico após preposição, exemplificadas em (15). Nesse contexto, apareceram as preposições “para” (11 dados), “de” (04 dados), “em” (02 dados), “sem”, “por” e “a”. Dada a variabilidade dos itens envolvidos, não se pode falar de efeito atrator das preposições sobre o clítico nos resultados obtidos. A mesma preposição – “para”, por exemplo – foi recorrente tanto com casos de próclise quanto com casos de ênclise.

Feitas as considerações anteriores quanto aos resultados quantitativos, passa-se a analisar e discutir a influência das Tradições Discursivas do gênero epistolar sobre a colocação do pronome *te*.

5.3. A influência das TD do gênero epistolar

Verificou-se na análise anterior que, em diferentes contextos, as Tradições Discursivas do gênero carta pessoal interferem nos resultados da posição do clítico *te*, fazendo aparecer padrões de colocação estranhos à escrita informal de indivíduos de cultura mediana. Devido a isso, cabe comentar as TDs identificadas no *corpus* e sua influência nos resultados quantitativos.

Na análise das estruturas com formas verbais simples, destacaram-se algumas ocorrências de ênclise nos contextos de livre-escolha e de ênclise obrigatória, especialmente aquelas registradas nas missivas de MRC, que adota um padrão proclítico. Segundo foi apresentado na Tabela 04, registraram-se 21 dados de ênclise em contexto de livre-escolha (41%) nas cartas de MRC, sendo que 19 destes ocorreram após um pronome pessoal ou de tratamento. Esperava-se que a informante usaria próclise nesse contexto. Ao examinar tais

dados, verificou-se que 14 dos 19 casos de ênclise após pronome pessoal seguem uma TD que será denominada de *petição epistolar*: trata-se de uma forma fixa para introduzir no texto da carta um pedido ao destinatário. Nessa forma fixa, o clítico *te* aparece cristalizado em ênclise, como se pode ver nas ocorrências transcritas abaixo:

(16) A ênclise na petição epistolar

a. **eu peço-te para** ires ao médico (MJ-22-09-1936)

b. **eu peço-te para** me escreveres ainda esta semana (MJ-13-10-1936)

c. J. **eu peço-te** pelo amor de Deus **para** não acabares com o nosso amor (MJ-19-01-1937)

d. **eu peço-te para** te alimentares bem. (MJ-26-01-1937)

e. Eu **peço-te para** fazeres as pazes com os teus pais. (MJ-16-02-1937)

Outra TD que também favorece a posposição do clítico em contextos com SN sujeito antecedente é a *seção de despedida*. As 02 únicas ocorrências de ênclise nos dados de MRC dentro desse contexto encontram-se na despedida:

(17) A ênclise na despedida

a. A Dona M. **manda-te** lembranças e pede-te para não esqueceres de rezares. (MJ-22-02-1937)

b. a H. **manda-te** um beijo e da tua noivinha muitos beijo e abraços (MJ-28-09-1936)

Nos contextos de ênclise obrigatória, percebe-se que outra TD parece, em alguma medida, bloquear a anteposição do clítico nas missivas da noiva: *a saudação inicial*. Computaram-se 06 casos dentro do contexto de início de período nas cartas de MRC, e, em todos eles, ocorreu ênclise; 05 dos 06 casos, no entanto, constituem parte de uma estrutura formulaica de saudação inicial, envolvendo o verbo “desejar”, como aparece em (18):

(18) *A ênclise na saudação inicial*: **Desejo-te** muitas felicidade assim como aos teus eu e os meus vamos bem graças a Deus (MJ-21-09-1936)

Também há influência das TD em alguns dados de JOS. Embora esse informante empregue a ênclise com mais frequência, constatou-se que dos 14 casos de posposição do clítico dentro do contexto de início de período, 02 ocorrem em saudação inicial, 01 na seção de despedida e 04 na fórmula de petição epistolar:

(19) *A ênclise em saudação inicial*: **Desejo-te** muitas felicidades, assim como aos teus (JM-10-09-1936)

(20) *A ênclise em petição epistolar*

a. **Peço-te** que tenhas confiança em mim, e que não me esqueças, porque jamais te esquecerei (JM-27-06-1936)

b. **Peço-te** desculpas por não ter escrito uma carta grande e bonita conforme prometi, mas não me foi possível (JM-15-02-1937)

Diante do exposto, chega-se a duas conclusões sobre a ênclise nas cartas do casal: (i) MRC utiliza menos ênclise do que sugerem os resultados quantitativos; (ii) JOS não emprega tanto a posposição “conscientemente” quanto parece. Ambos são influenciados por TD que conservam o pronome em ênclise.

Em relação às estruturas linguísticas que se conservam nas cartas e constituem TD do gênero epistolar, encontra-se em Elpass (2012) uma explicação interessante: segundo o autor, a tradição de passar documentos privados de uma geração para outra dentro das famílias e de pequenas redes sociais está intimamente ligada à prática secular de aprender a ler e escrever por meio da cópia de velhos manuscritos familiares. Assim, tal prática justifica a conservação de certos traços de uma “fala histórica”, como aspectos gramaticais, regras ortográficas e fórmulas de escrita ultrapassadas.

Diante dessa informação, pode-se pensar que o casal de noivos provavelmente teve contato com documentos pessoais que traziam certas características fixas, especialmente na abertura e no fechamento do texto. Tais documentos, tomados como modelo, talvez sejam as fontes das formas fixas que aparecem nas missivas. Segundo Kabatek (2006), Tradições Discursivas implicam *repetição e evocação*; aos olhos dos noivos, aquelas frases e construções, repetidas frequentemente, adquiriam valor simbólico. Em outras palavras, tais estruturas evocavam um modelo de carta pessoal a ser seguido. Com esses “signos epistolares”, sobrevivem, nas 95 cartas analisadas, padrões de colocação pronominal que, possivelmente, não se usava nem se ouvia mais em Paulo de Frontim ou no bairro de Ramos ao final dos 1930 e só teriam lugar nas cartas de amor de um casal não ilustre.

6. Conclusão

À guisa de conclusão, cumpre destacar que a colocação pronominal constitui um fato linguístico polêmico e longe de ser decifrado, principalmente se se considera as diferenças que

parecem distanciar cada vez mais o português falado (e escrito) no Brasil daquele verificado em Portugal. O assunto vem de longa data e, em fins do século XIX, causou muita discussão entre gramáticos e não gramáticos.

Ao lado dessa questão, estão os processos de mudança por que passam os pronomes clíticos no PB, em especial os de referência à 2SG. Se a hipótese de que o clítico *te* está se convertendo em um afixo de concordância estiver correta, as regras terão de ser revisadas. Do mesmo modo, observa-se que outras formas clíticas estão em processo de desaparecimento e futuramente, quem sabe, serão apenas “fósseis” gramaticais (ou ainda Tradições Discursivas de alguns gêneros textuais).

Com relação à hipótese da prefixação do clítico *te*, os resultados deste estudo parecem favorecê-la. Com a forte evidência de um padrão proclítico no PB, que já se revela na escrita pessoal do começo do século XX, é plausível pensar que a fixação do pronome na margem esquerda do verbo foi um fator importante para uma possível gramaticalização *clítico* > *afixo* em curso. É preciso que outros estudos sejam feitos, a partir de fontes diferentes, para que essa explicação se sustente. As primeiras pistas parecem responder positivamente à hipótese.

Referências

BARBOSA, A. G. Tratamento dos Corpora de sincronias passadas da língua portuguesa no Brasil: recortes grafológicos e linguísticos. In: LOPES, C. R. dos S. (org.). **A Norma Brasileira em Construção: fatos linguísticos em cartas pessoais do século XIX**. Rio de Janeiro: UFRJ, Pós-Graduação em Letras Vernáculas: FAPERJ, 2005, p.25-43

BERGS, A. (2012). The Uniformitarian Principle and the Risk of Anachronisms in Language and Social History. In: HERNÁNDEZ-CAMPOY; CONDE SILVESTRE. **The Handbook of Historical Sociolinguistics**. Oxford, Wiley-Blackwell, p. 80-98. **crossref**
<http://dx.doi.org/10.1002/9781118257227.ch5>

BRITO, O. R. M. de. **Faça o mundo te ouvir. A uniformidade de tratamento na história do português brasileiro**. Dissertação de Mestrado em Letras, Estudos da Linguagem. Londrina: UEL. 2001.

CAMARA JR., J. M. **História e Estrutura da Língua Portuguesa**. 4. ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1985.

CAVALCANTE, S. R. de O.; DUARTE, M. E. L.; PAGOTTO, E. G. Clíticos no século XIX: uma questão de posição social?. In: CALLOU, D.; BARBOSA, A. (orgs.). **A norma brasileira em construção: cartas a Rui Barbosa (1866 a 1899)**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011, p.167-217

CONDE SILVESTRE, J. C. **Sociolinguística histórica**. Madrid: Gredos, 2007.

ELSPASS, S. (2012). The Use of Private Letters and Diaries in Sociolinguistic Investigation. In: HERNÁNDEZ-CAMPOY, J. M.; SCHILLING, N. (2012). The Application of the Quantitative Paradigm to Historical Sociolinguistics: Problems with the Generalizability Principle. In: HERNÁNDEZ-CAMPOY; CONDE SILVESTRE. **The Handbook of Historical Sociolinguistics**. Oxford, Wiley-Blackwell, p. 63-79. **crossref**
<http://dx.doi.org/10.1002/9781118257227.ch9>

KABATEK, J. Tradições discursivas e mudança linguística. LOBO, T. et al. (eds.). **Para a História do Português Brasileiro: novos dados, novas análises**. Vol. VI, Tomo II. Salvador: EDUFBA, 2006, p. 505-527

LOPES, C. R. dos S. **Tradição e mudança no sistema de tratamento do português brasileiro**: definindo perfis comportamentais no início do século XX. Alfa: Revista de Linguística (UNESP. São José do Rio Preto. Online). , v.55, 2011, p.361-392.

LOPES, C. R. dos S.; SOUZA, C. D. de; OLIVEIRA, T. L. **A frequência e o delineamento da gramática**: a afixação do clítico te no português brasileiro. Revista Veredas on-line – atemática – 2013/02 – p. 376-397 – PPG Linguística/UFJF – Juiz de Fora. Disponível em: <http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2014/04/20%C2%BA-ARTIGO.pdf>

OLIVEIRA, T. L. de. **Entre o Linguístico e o Social**: Complementos Dativos de 2ª pessoa em Cartas Cariocas (1880-1980). Dissertação de Mestrado em Língua Portuguesa. Faculdade de Letras/UFRJ, 2014.

PAGOTTO, E. G.; DUARTE, M. E. L. Gênero e norma: avós e netos, classes e clíticos no final do século XIX. In: LOPES, C. R. dos S. (org.). **A Norma Brasileira em Construção**: fatos linguísticos em cartas pessoais do século XIX. Rio de Janeiro: UFRJ, Pós-Graduação em Letras Vernáculas: FAPERJ, 2005, p.67-81

PEREIRA, E. C. **Grammatica expositiva**. São Paulo: Weiszflog Irmãos, 1907. 364p. Exemplar nº 0641.

RIBEIRO, J. **Grammatica portugueza**: curso superior. 22ª edição inteiramente refundida. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1933. 499 p.

SILVA, E. N. **Cartas amorosas de 1930**: o tratamento e o perfil sociolinguístico de um casal não-ilustre. Dissertação de mestrado (Letras (Letras Vernáculas)) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2012.

SOUZA, C. D. de. **Eu te amo, eu lhe adoro, eu quero você**: a variação das formas de acusativo de 2ª pessoa em cartas pessoais (1880-1980). Dissertação (Letras (Letras Vernáculas))/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014.

VIEIRA, S. R. Colocação pronominal. In: _____; Brandão, S. F. (orgs.). **Ensino de gramática**: descrição e uso. São Paulo: Contexto, 2009, p.121-146

Artigo recebido em: 27.01.2015

Artigo aprovado em: 10.02.2015